CONCLUSÕES DAS DELIBERAÇÕES REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DOS MINISTROS DO GÉNERO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ENGAJAMENTOS RELATIVOS À AGENDA MULHER, PAZ E SEGURANÇA NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

ENTEBBE, UGANDA

23 DE NOVEMBRO DE 2018

- 1. Os Ministros do Género dos países signatários do Acordo Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação (PSC-A) para a República Democrática do Congo e a Região, bem como a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) reuniram-se em Entebbe, Uganda, no dia 23 de Novembro de 2018. Os participantes analisaram o Plano de Acção Regional (PAR) para a Implementação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre as Mulheres, a Paz e Segurança (MPS), avaliaram os progressos realizados sobre a participação significativa e representação das mulheres e do processo de paz na Região dos Grandes Lagos e identificaram as áreas e iniciativas críticas para o avanço do programa MPS.
- 2. A reunião foi organizada conjuntamente pelo Escritório do Enviado Especial das Nações Unidas junto do Secretário-Geral da Região dos Grandes Lagos (E/ESSG-GL) e o Secretariado da CIRGL, em colaboração com o Governo da República do Uganda, o Centro de Formação Regional da CIRGL (CFR-CIRGL) e a Cooperação Suíça, a COCAFEM/CARE e o Governo da Noruega.
- 3. A reunião foi co-presidida por S.E. Mutuuzo Peace Regis, Ministra de Estado para o Género e o Desenvolvimento Sociais da República do Uganda, em representação do Presidente em exercício do Mecanismo Regional de Acompanhamento (MRA) do Acordo Quadro para a Paz e Segurança (PSC-F) Sr. Said Djinnit, Enviado Especial das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos, Sr. Zachary Muburi Muita, Secretário Executivo da CIRGL e Sr.ª Ines Bertille Nefer Ingani, Ministra da Promoção e Integração da Mulher ao Desenvolvimento da República do Congo, Representante do Presidente em exercício da CIRGL.
- 4. Uma reunião técnica de dois dias, (de 21 a 22 de novembro de 2018), que reuniu peritos dos Estados-Membros, membros do Fórum Regional das Mulheres00 da CIRGL, Organizações Regionais e Internacionais, Parceiros de Desenvolvimento, Representantes da ONU e da Sociedade Civil, antecedeu a reunião ministerial.

5. A reunião endossou as conclusões da Reunião Técnica da CIRGL e do Plano de Acção Regional para a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000)

Após deliberações, os participantes concordaram no seguinte:

Sobre o Plano de Acção Regional 2018-2023 sobre a Resolução 1325 da ONU

- 6. Acolheram com satisfacção a elaboração do Plano de Acção Regional (PAR), como quadro chave para fazer avançar o programa MPS na Região dos Grandes Lagos.
- 7. Aprovaram o PAR, observando que contem estratégias e acções que visam garantir a participação, proteção, integração e empoderamento socio-económico das mulheres na Região.
- 8. Solicitaram que a CIRGL em colaboração com a ONU-MULHER e outros Parceiros para o Desenvolvimentos, elabore um orçamento para a implementação do PAR, bem como a sua tradução nas línguas locais para a uma ampla difusão dos Estados-Membros que aceitaram tomar todas medidas necessárias no sentido de apoiar a implementação e acompanhamento do PAR. Concordaram por outro lado, no envio de um relatório colectivo ao Mecanismo Regional de Acompanhamento (MRA) do Acordo-Quadro (PSC-F) e a Cimeira da CIRGL.
- 9. Concordaram em elaborar Planos de Acção Nacionais (PANs) em conformidade com o PAR que sejam integrados nos processos nacionais de planificação, financiamento, de acompanhamento e relatórios. A este respeito, apelaram aos parceiros para o desenvolvimento, bem como as Agências das Nações Unidas, a prestarem o apoio técnico e financeiro para a implementação dos PAN.
- 10. Decidiram adoptar o quadro dos Resultados Continental da UA para o acompanhamento e a implementação do PAR e dos PANs e exortam o Secretariado da CIRGL e o EESSG-GL que realizem revisões semestrais, e convocarem -reuniões anuais dos Ministros do Género para avaliar a implementação do PAR.

Garantir uma participação e representação significativa das mulheres nos processos políticos e de diálogo e atingir a cifra mínima de 30% de representação das mulheres até 2020.

11. Recordaram as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Agenda MPS e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação contra as Mulheres (CEDEF) (1981), o Protocolo de Maputo (2003), e tomaram nota dos desafios sobre a igualdade do Género no seio nas instituições governamentais, bem como nos processos de diálogo e de paz em curso na Região.

- 12. Decidiram instituir reformas legislativas e de políticas para combater as práticas discriminatórias contra as mulheres nos níveis comunitário, nacional e regional, incluindo a remoção de barreiras institucionais que impedem a obtenção da quota mínima de 30% de participação significativa das mulheres até 2020, conforme estabelecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- 13. Recomendaram a implementação de iniciativas para a promoção da liderança das mulheres na Região para reforçar a capacidade das mulheres nos assuntos públicos, nos sectores de segurança e manutenção da paz bem como nos cargos electivos. Relativamente ao processo de paz em curso, necessárias para garantir uma participação equilibrada das mulheres nos processos em curso no Sudão do Sul, e a Iniciativa africana para a Paz na República Centro-Africano (RCA). Apelam de igual modo aos Governos da RDC e do Burundi que adoptem as medidas necessárias para maximizar a participação das mulheres no diálogo e nos processos eleitorais, bem como, facilitando o acesso à mídia e garantir a sua segurança durante o processo eleitoral.
- 14. Felicitaram a República do Ruanda pela sua liderança na promoção da representação das mulheres em todas as esferas política, pública e socio-económica. Por outo lado, encorajaram a CIRGL, com o apoio do EESCG-GL e da UA, a facilitar a partilha de boas práticas nos Estados-Membros.
- 15. Saudaram a iniciativa conjunta da ONU, da UA e da CIRGL, através do Conselho Consultivo da Plataforma das Mulheres, das missões conjuntas de alto nível sobre a MPS no Sudão do Sul, no Burundi, na RCA e na RDC entre Junho e Agosto de 2018, com objectivo de avaliar os progressos realizados sobre as questões da FPA e defender a implementação dos compromissos assumidos sobre a resolução 1325, e solicitaram que missões similares fossem realizadas na RDC, Ruanda, Uganda e Sudão.
- 16. Recomendaram aos dirigentes do Painel das Mulheres da U.A. (FEMWISE) e o Enviado Especial da União Africana para a Mulher, Paz e Segurança, em colaboração com as Nações Unidas e o Secretariado da CIRGL, a expandir cada vez mais o seu envolvimento com os Chefes de Estado da Região, a fim de alcançar o objetivo preconizados para 2020, da participação significativa das mulheres no aniversário da Resolução 1325 do CSNU (2000).

Reforço das acções de luta contra a Violência Sexual Baseada no Género

- 17. Saudou a entrega do Prémio Nobel 2018 ao Dr. Denis Mukwege pelo seu trabalho para aliviar as mulheres vítimas de violências sexuais relacionada ao conflito na RDC e outras iniciativas contra a SGBV.
- 18. Notaram com preocupação a persistente prevalência das violações sexuais Baseadas no Género na maioria dos países da Região dos Grandes Lagos, particularmente nas áreas afectadas por conflitos violentos e pela insegurança, tais como na RDC, no Burundi, na RCA e no Sudão do Sul.
- 19. Exortaram as Instituições Regionais e Internacionais a tomar todas as medidas necessárias para garantir a prevenção e perseguições judiciais contra os responsáveis de violações dos direitos humanos, bem como as violências sexuais Baseadas no Género (VSBG). Engajar-se no reforço da legislação nacional e os mecanismos que visam proteger os direitos das mulheres; criar leis especificas, tribunais especiais e procedimentos sobre a violência sexual Baseadas no Género quando e onde não existe, para acelerar a gestão de casos pendentes sobre as VSBS; solicitou de igual modo à Rede de Cooperação Judiciária da Região dos Grandes Lagos que priorize o tratamento de casos de violência sexual Baseada no Género.
- 20. Reconheceram o papel importante do Centro Regional de Formação da CIRGL (CFR) e apelaram aos parceiros que garantam o apoio financeiro e técnico adequado a este Centro de Excelência.

Melhoria do Estatuto Socio-económica das mulheres

- 21. Reconheceram os problemas humanitários na Região dos Grandes Lagos e a desastrosa situação sócio-económicas das mulheres, caracterizada por altos níveis de pobreza, de marginalização, do acesso limitado aos serviços básicos e de insegurança, particularmente nas zonas rurais. Manifestaram a necessidade urgente de iniciativas específicas e inovadoras, com vista a reforçar a capacidade das mulheres e das jovens para melhorar as suas condições sócio-económicas.
- 22. Apelaram a medidas específicas, em parceria com o Sector Privado, bem como as Instituições Financeiras para garantir o empoderamento socio-económico das mulheres. Solicitaram ao EESSG-GL e a CIRGL, em colaboração com o Comité Consultivo da Plataforma das mulheres, o Enviado Especial da UA sobre a Paz e Segurança, a ONU-MULHER, a UNFPA e as Organizações da Sociedade Civil para criar um grupo de trabalho, encarregue de elaborar uma proposta relativa a um

Programa Regional de Empoderamento Económico das mulheres e a criação de um Fundo Especial de Investimento para as Mulheres.

- 23. Concordaram em promover todas as medidas para permitir maior controle das mulheres e seu acesso à terra e títulos de terra ou autorização para uso de terra, ao conhecimento, à informação, ao financiamento e outros recursos produtivos como medidas indispensáveis para o empoderamento socioeconômico.
- 24. Felicitaram a República do Congo e encorajaram a aplicação da Lei 21-2018, que estabelece as regras para a ocupação e aquisição de terras e terrenos na República do Congo, promulgadas a 13 de junho de 2018, que presta especial atenção aos direitos das mulheres no acesso à terra.
- 25. Concordaram em acelerar a implementação da Declaração dos Chefes de Estado e de Governo sobre a Promoção do Emprego dos Jovens para o Investimentos e Desenvolvimento de Infra-estrutura a fim de reforçar os Esforços para Capacitar as jovens mulheres da Região.

Reforçar os Fóruns existentes e criar novas parcerias para trazer mudanças entre governos e organizações da sociedade civil para a promoção das rede de mulheres e das jovens.

- 26. Desejam que sejam tomadas medidas urgentes para promover o engajamento dos Estados-Membros com as redes de grupos de mulheres e jovens, através de Fóruns Regionais existentes para promover a inclusão e a responsabilidade no processo de tomada de decisão.
- 27. Concordaram sobre a necessidade de avaliar a situação e reforçar o Centro Regional de Estudos, Pesquisa e Documentação sobre o Gênero, Mulheres e a Consolidação da Paz, com sede em Kinshasa/RDC, a fim de garantir uma maior apropriação por parte de outros Estados membros da CIRGL, para promover as capacidades técnicas do referido Centro e garantir a tomada de decisões sobre questões da MPS.
- 28. Felicitaram a República do Ruanda por ter se disponibilizado sediar o Secretariado do Fórum Regional da Mulher da CIRGL e exortaram o Governo a acelerar a instalação do Secretariado do Fórum Regional das Mulheres da CIRGL em Kigali/Ruanda.

Agradecimentos:

Os participantes:

- 29. Agradeceram Sua Excelência Presidente Yoweri Kaguta Museveni, Presidente da República do Uganda, o Governo e o povo ugandês, pela hospitalidade e generosidade demostradas em acolher a reunião dos Ministros do Género.
- 30. Reconheceram e apreciaram o papel do Escritório do Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unida, da CIRGL, da COCAFEM-GL, da CARE, dos Parceiros Internacionais, bem como o Governo da Noruega, a Cooperação Suíça e o Banco Mundial por terem apoiado a Consulta de Alto Nível dos Ministros do Género.
- 31. Expressaram os seus agradecimentos ao Secretariado pelos esforços conjunto no apoio a reunião.
- 32. Saudaram a disponibilidade do Sudão em acolher a próxima reunião dos Ministros do Género sobre a MPS, a ter lugar em Novembro de 2019, em Khartoum.

Feito em Entebbe, aos 23 de Novembro de 2018